

RECURSO ESPECIAL Nº 1.754.694 - AC (2018/0177408-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

RECORRENTE : FRANCISCO EUGENIO DA SILVA

ADVOGADOS : JAIR DE MEDEIROS - AC000897

CARLOS ROBERTO LIMA DE MEDEIROS - AC003162

RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

FRANCISCO EUGÊNIO DA SILVA interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Acre**.

O recorrente aponta violação dos arts. 155, 239 e 386, I, todos do Código de Processo Penal. Argumenta não haver nos autos elementos suficientes para a condenação, calcada apenas em indícios de provas colhidos na fase investigativa. Destaca que o acórdão recorrido não está fundamentado e que a conduta se enquadra na hipótese de aplicação do princípio da insignificância.

Requer o provimento do recurso, a fim de que seja restabelecida a sentença absolutória.

Apresentadas as contrarrazões e admitido o especial, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo seu não conhecimento.

Decido.

I. Contextualização

Extrai-se dos autos que o recorrente, e os corréus foram absolvidos, com fundamento no art. 386, VI, do Código de Processo Penal, da imputação feita na denúncia, da prática dos crimes previstos nos arts. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 e 29, *caput*, da Lei n. 9.605/1998, na forma do art. 69 do Código Penal.

O Tribunal estadual deu provimento ao apelo do Ministério Público, a fim de condenar o recorrente e os corréus pelos crimes descritos na denúncia – arts. 14, *caput*, da Lei n. 10.826/2003 e 29, *caput*, da Lei n. 9.605/1998, na forma do art. 69 do Código Penal –, e fixou a

pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime aberto, que foi substituída por restritiva de direito.

II. Suficiência probatória para a condenação

O Tribunal *a quo* reformou a sentença e condenou os réus com base nos seguintes fundamentos (fls. 215-224, grifei):

- Da condenação.

[...]

Os Apelados foram denunciados pela prática dos crimes previstos no art. 14, caput, da Lei 10.826/03, e art. 29, caput, da Lei 9.605/98, na forma do art. 69, do Código Penal.

Preconiza a Lei n.º 10.826/03:

"Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa."

Já a Lei n.º 9.605/98, estabelece:

"Art. 29. Matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida:

Pena - detenção de seis meses a um ano, e multa."

A materialidade e autoria encontram-se demonstradas no Auto de Apreensão (fl. 24), Documento do veículo (fl. 29), Boletim de Ocorrência (fls. 31/32), Laudo Pericial Criminal (fls. 51/70), declarações das testemunhas e confissão dos Apelados prestadas em sede inquisitorial (fls. 20/23 e 26/28) e ratificadas na via Judicial.

Conforme se extrai da denúncia, no momento do flagrante, os Recorridos portavam e transportavam 02 (duas) armas de fogo, consistentes em 01 (uma) espingarda de caça, em aço oxidado, marca ROSSI/TAURUS, fabricação nacional, calibre 28 (vinte e oito), número de série SR127594, e 01 (uma) espingarda de caça, em aço oxidado, marca ROSSI, fabricação nacional, calibre 32 (trinta e dois), número de série não aparente e número de montagem 4069, ambas de uso permitido, aptas a produzirem disparos.

Também foram apreendidas 15 (quinze) munições calibre 20

(vinte), 12 (doze) munições calibre 32 (trinta e dois) e 08 (oito) munições calibre 28 (vinte e oito), totalizando 35 (trinta e cinco) munições, e 06 (seis) esferas de liga endurecida de chumbo.

Ademais, foram encontrados e apreendidos aproximadamente 38,6 kg (trinta e oito quilos e seiscentos gramas) de carne de animal silvestre, cortada e desviscerada, sem permissão, o que também evidencia a ofensividade da conduta, o alto grau de reprovabilidade do comportamento e a expressividade da lesão jurídica provocada.

O acervo probatório recrutado aos autos é robusto e demonstra inequivocamente a responsabilidade criminal dos Apelados, não restando dúvida de que eles são os autores dos ilícitos narrados na peça acusatória.

Ressalta-se que os Recorridos confessaram a prática dos fatos delituosos tanto em sede policial quanto em Juízo, razão pela qual não há que falar em insuficiência de provas para as suas condenações.

- Do Princípio da Bagatela.

[...]

O Juízo *a quo* absolveu os Apelados por entender cabível ao presente caso a aplicação do Princípio da Bagatela Imprópria, nos seguintes termos (fls.150/151):

"No caso em análise, entendo razoável a aplicação do referido princípio, pois, em que pese se tratar fato ser típico, antijurídico e culpável, a imposição de pena se mostra desnecessária diante das circunstâncias do caso concreto e da personalidade dos próprios agentes, uma vez que são pessoas sem antecedentes criminais, que vinham cumprindo as medidas cautelares que lhe foram impostas de forma rigorosa, bem como o ínfimo desvalor da ser confundido com uma tolerância ou incentivo às condutas ilícitas, mas admitir que, na situação exposta, a intervenção do direito penal não é oportuna ou suficiente."

Sem razão.

O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça estabeleceram os seguintes requisitos para a aplicação do Princípio da Insignificância como causa supralegal de exclusão da tipicidade, quais sejam, conduta minimamente ofensiva, ausência de periculosidade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e, por fim, lesão jurídica inexpressiva, os quais devem estar presentes concomitantemente.

O princípio em comento vem sendo obstado pelas Cortes Superiores quando o assunto trata de crimes cujo bem jurídico tutelado pertence à coletividade (quando o objeto jurídico é a incolumidade pública), notadamente quanto aos crimes de perigo abstrato.

Sabe-se que os crimes de perigo abstrato não exigem a lesão de um bem jurídico ou a colocação deste bem em risco real e concreto. São tipos penais que descrevem apenas um comportamento, uma conduta, sem apontar um resultado específico como elemento expresso do injusto.

Conforme entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, não se aplica aos delitos constantes no Estatuto do Desarmamento (arts. 12 ao 18) o Princípio da Insignificância, ante a sua natureza de perigo abstrato.

Registre-se, foram apreendidas 02 (duas) espingardas de caça, 35 (trinta e cinco) munições e 06 (seis) esferas de liga endurecida de chumbo.

Sábias lições do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema:

[...]

De igual maneira, o Princípio da Bagatela também não se aplica nos crimes ambientais, no qual o bem jurídico tutelado é o meio ambiente, devendo prevalecer o Princípio da Prevenção de modo a evitar que pequenos delitos reiterados causem danos severos, pois se trata de bem de interesse difuso.

A doutrina de Ivan Luiz leciona:

[...]

Assim, só é possível reconhecer a existência de lesão ambiental penalmente insignificante quando essa avaliação indicar um grau de lesividade ínfimo da conduta examinada, o que não é o caso dos autos, pois foram apreendidos aproximadamente 38,6 kg (trinta e oito quilos e seiscentos gramas) de carne de animais silvestres.

Nesse sentido, comungo do entendimento sedimentado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, o qual não se aplica o Princípio da Bagatela em crimes ambientais:

[...]

Acerca do assunto, colhe-se julgado desta Câmara Criminal:

[...]

Portanto, impossível a aplicação do Princípio da Bagatela no presente caso, e a condenação é medida que se impõe.

Posto isso, voto pelo PROVIMENTO do Recurso interposto

pelo Ministério Público, condenando José Alves da Silva, Francisco Eugênio da Silva e Pedro Rodrigues Sobrinho nas condutas dos crimes previstos no art. 14, caput, da Lei n.º 10.826/03, e art. 29, caput, da Lei n.º 9.605/98, na forma do art. 69 do Código Penal.

Assim, no tocante à fragilidade de provas para a condenação, constato que as instâncias ordinárias, após análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, concluíram, de forma fundamentada pela existência de elementos concretos e coesos a ensejá-la: **"A materialidade e autoria encontram-se demonstradas no Auto de Apreensão (fl. 24), Documento do veículo (fl. 29), Boletim de Ocorrência (fls. 31/32), Laudo Pericial Criminal (fls. 51/70), declarações das testemunhas e confissão dos Apelados prestadas em sede inquisitorial (fls. 20/23 e 26/28) e ratificadas na via Judicial"** (fl. 216).

Pelo trecho acima transcrito, verifica-se que foram apreendidas, no veículo que era conduzido pelo recorrente, armas, munições e carne de caça, em desacordo com as leis de regência, conforme autos de apreensão, depoimento das testemunhas e confissão dos acusados, tanto na fase de inquérito quanto na judicial.

Portanto, para alterar tal conclusão, seria necessário o reexame de provas, o que é incompatível com o recurso em questão, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

Demonstrada a responsabilidade penal dos réus, o Tribunal estadual concluiu ser inaplicável o princípio da insignificância aos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, ante a sua natureza de perigo abstrato, tampouco aos crimes ambientais, para os quais prevalece o Princípio da Prevenção. Ademais, ressaltou que a lesão ambiental foi penalmente significativa, em razão da quantidade de carne de caça apreendida, 38,6 kg.

O recorrente, contudo, não infirmou especificamente os fundamentos do acórdão recorrido. Referiu-se, genericamente, à aplicabilidade do mencionado princípio, bem como ao fato de não ter o Tribunal *a quo* fundamentado "os motivos que os convenceram da sua condenação, haja vista que todas as informações dos autos eram no sentido de reconhecimento do princípio da bagatela" (fl. 247). Desse modo, em razão da deficiência da fundamentação do recurso, aplica-se ao

ponto a Súmula n. 284 do STF.

III. Dispositivo

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 34, XVIII, "a", do RISTJ, **não conheço do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**